



PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

ANA KARINE MAIA GRANDIM

**GÊNERO E VIOLÊNCIA: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL SOBRE O
ROMANCE *O CORTIÇO* (1890), DE ALUÍSIO AZEVEDO**

REDENÇÃO-CE

2017

ANA KARINE MAIA GRANDIM

**GÊNERO E VIOLÊNCIA: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL SOBRE O
ROMANCE *O CORTIÇO* (1890), DE ALUÍSIO AZEVEDO**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU) do Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Bezerra

REDENÇÃO - CE

2017

RESUMO: As mulheres, ao longo da história, considerando as especificidades e variantes de tempo e de espaço, foram transformando seu comportamento, sua fala, seus modos de ser e de se colocar no mundo. Tais mudanças foram importantes para situá-las em uma posição de destaque nas lutas contra todas as formas de violência e opressão disseminadas pelo machismo e pelo patriarcalismo, ambas cicatrizes deixadas pelo colonialismo. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a representação da mulher na literatura brasileira. Quanto aos objetivos específicos, esta pesquisa se limita ao estudo das referidas representações no romance *O Cortiço* de Aluísio Azevedo, buscando compreender a realidade social na qual o romance foi criado através da análise das diversas formas de violência, discriminação e exploração que foram impostas à mulher e que estão explícitas e implícitas na obra de ficção. Quanto à fundamentação teórica, faremos uma abordagem a partir da proposta da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), compreendendo a articulação das categorias raça, gênero e classe como eixos indissociáveis e que estruturam as personagens analisadas. Pretendemos nos desvincular do olhar superficial, que busca refletir apenas um desses eixos para assim podermos nos aprofundar em um olhar que capture os detalhes imbricados nas relações de poder representadas, considerando o inter cruzamento dessas categorias citadas e suas complexidades. Quanto à metodologia, recorreremos à análise bibliográfica, ao estudo da fortuna crítica da obra, buscando refletir, através de uma abordagem histórico-sociológica, a representação da mulher e da violência no romance *O Cortiço*.

Palavras-chave: gênero; representação da mulher; interseccionalidade; literatura brasileira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
OBJETIVOS.....	09
Objetivo geral.....	09
Objetivos específicos.....	09
PROBLEMATIZAÇÃO/JUSTIFICATIVA.....	10
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
METODOLOGIA.....	24
RESULTADOS ESPERADOS.....	25
CRONOGRAMA.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como eixo central uma análise interseccional do romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, pois vislumbra, na obra em causa, a análise e a problematização das relações de gênero e a violência em que vivia a sociedade brasileira, especialmente as mulheres e, entre estas, as mulheres negras, no final do século XIX. Na consecução do projeto consideram-se as marcas deixadas pelas diferenças de gênero, raça e classe construídas ao longo da história brasileira, especialmente o já citado final do século XIX.

O termo interseccionalidade foi utilizado pela primeira vez por Kimberlé Crenshaw (1989) para se referir à interdependência das relações de raça, gênero, classe e poder¹. Esse uso não significa dizer que a ideia ou a compreensão interseccional sobre gênero não existisse. Como exemplo, basta citar *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, cuja primeira edição data de 1981 e só recentemente publicada oficialmente no Brasil (2016). Crenshaw buscava compreender a complexidade das relações e das desigualdades através da indissociabilidade dessas categorias. Para tanto, ela faz uma analogia entre a conceituação do termo interseccionalidade e um grande cruzamento. Segundo a autora:

A discriminação, assim como o tráfego de veículos em um cruzamento [intersection], pode fluir em uma direção ou em outra. Se um acidente acontece no cruzamento, ele pode ter sido causado por carros vindos de várias direções e, as vezes, por carros que vêm de todas as direções. De forma semelhante, se uma mulher negra sofreu uma injustiça porque ela está no cruzamento, a injúria cometida contra ela pode resultar da discriminação sexual ou da discriminação racial (CRENSHAW, 1989, p. 149).

É neste sentido que Helena Hirata (2014) ressalta a importância de pensarmos a “interseccionalidade como uma forma de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política” que se concretiza por Danièle Kergoat (2012, p. 20) quando afirma a “necessidade de pensar conjuntamente as dominações” a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução, inserindo na discussão a categoria classe. Foi

¹ Os termos gênero e raça serão utilizados aqui como categorias socialmente construídas, resultado da discriminação e produção ideológica, ou seja, como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças. Ver (SCOTT, 1990; PACHECO, 2013)

no final dos anos 70 que Danièle Kergoat desenvolveu a problemática da “consustancialidade”, a qual partiu inicialmente da articulação entre sexo e classe, ressaltando que as outras conceituações trabalham classe apenas superficialmente. Angela Davis, no livro *Mulheres, raça e classe*, analisa, sob esses aspectos, as estruturas racistas, sexistas e classistas que ordenam nossa sociedade, considerando como essas questões se entrelaçam e se apresentam com suas variadas formas e nuances.

A interseccionalidade busca oferecer, segundo Piscitelli (2008), ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades, ou seja, para pensar categorias de classificação dos sujeitos de forma relacional e articulada, possibilitando uma abordagem mais crítica sobre a representação das mulheres no romance *O Cortiço*, refletindo segundo Henning:

[...] os modos através dos quais marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, idade/geração, “raça”, classe social e corporalidades interagem contextual e conjunturalmente, de modo a promover potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações (2015, p.100).

A condição feminina de submissão, objetificação, animalização e as violências físicas e simbólicas presentes no romance serão analisadas à luz destas múltiplas categorias discriminatórias. *O Cortiço* foi publicado em 1890. Trata-se de um romance narrado em terceira pessoa cujo autor, Aluísio Azevedo, buscava, através da literatura, construir uma “fotografia” da realidade. Os autores naturalistas do século XIX acreditavam que a fotografia, que era uma tecnologia nova, captava o real da forma como ele é, ou seja, “a imitação mais perfeita da realidade” (DUBOIS, 1990, p.27). Esta noção de que a verdade está na foto, a qual é considerada como um espelho do real, justificar-se pelo próprio processo de geração das imagens. A sua lente objetiva ressaltava essa ideia da fotografia como uma “continuação” da realidade. Para Dubois:

Existe uma espécie de consenso de princípio que pretende que o verdadeiro documento fotográfico ‘presta conta do mundo com fidelidade’. Foi-lhe atribuída uma credibilidade, um peso de real bem singular. E essa virtude irreduzível de testemunho baseia-se principalmente na consciência que se tem do processo *mecânico* de produção da imagem fotográfica, em seu modo específico de constituição e existência: o que se chamou de *automatismo de sua gênese técnica* (DUBOIS, 1998, p. 25).

Os naturalistas viam a fotografia como uma espécie de documento, através dela tudo poderia ser mostrado e provado. Essa percepção do objeto fotográfico como uma extensão da realidade é atribuída, muitas vezes, à “semelhança existente entre a foto e seu referente” (DUBOIS, 1998). Daí advém, a riqueza de detalhes descritos no romance *O Cortiço* através da realidade “cruamente” mostrada, o que nos possibilita uma possível aproximação com alguns aspectos da sociedade do século XIX. Devido à captação dos detalhes e a forma de “retratar” cada pormenor da paisagem física e humana da cidade do Rio de Janeiro, Azevedo, com seu olhar observador, nos leva a perceber a representação da formação da sociedade e suas desigualdades tão salientadas.

Nesse sentido, a possível verossimilhança entre a obra e a realidade nos coloca diante dos discursos sobre a fotografia, que a concebiam como um produto direto do real. Essa tendência documental da fotografia só mudará a partir de meados do século XX, quando alguns autores como Pierre Bourdieu e Jean-Louis Baudry farão o papel de “desconstrutores desse ideal das representações fotográficas como efeito do real. Eles acreditam que a fotografia é apenas uma imagem codificada, um símbolo que nos remete a algo que já passou e não consegue captar em apenas um clic que se cristaliza.”

Partindo dessa concepção o romance de Azevedo é algo que vai além, que “revela” detalhes e fragmentos de relações que através da fotografia veríamos apenas a superficialidade. Ao longo do romance, percebem-se os conflitos sociais advindos do processo de urbanização, como as mulheres são representadas e alguns aspectos que são representações do processo de adestramento do Brasil colônia, reproduzindo-os a partir de características físicas e morais, que, segundo Zimmermann, essas qualificações “são imóveis, estáveis e corroborantes de situações de violência física e simbólica”. (2011, p. 50)

Reitera-se aqui que a presente proposta de pesquisa é identificar as diferentes formas de violência física e psicológica exercidas sobre as personagens femininas representadas na obra *O Cortiço* (1890), percebendo a necessidade de compreendermos a interação e a indissociabilidade entre raça, gênero e classe. Assim como a construção de um modelo de comportamento a ser seguido, o da “bela, recatada e do lar”, que poderá ser observado na descrição da personagem Pombinha, logo nos primeiros capítulos do romance.

Os elementos que ganham destaque são, segundo Carvalho (2015), a construção da mulata como mulher brasileira típica ou, ao menos, como a portadora privilegiada de uma sexualidade exacerbada. Já Bertoleza é descrita através de um estigma racial e misógino ainda

presente na sociedade. Através da representação de Bertoleza, Azevedo enfatiza a rejeição à mulher negra/preta e o papel que ela desempenharia dentro de uma relação hierarquizante que faz da mulher negra a menos aceitável socialmente, sobretudo para o casamento. Segundo Pacheco:

[...] a mulher negra e mestiça estariam fora do ‘mercado afetivo’ e naturalizada no ‘mercado do sexo’, da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e ‘escravizado’; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes ‘à cultura do afetivo’, do casamento, da união estável (PACHECO, 2013, p. 25).

A partir desse romance, Azevedo foi considerado um dos principais autores do naturalismo no Brasil, mais que isso, tornou-se um dos primeiros a interpretar a coexistência íntima entre o explorador e o explorado, entre o opressor e o oprimido, salientando a inferiorização de uma raça em relação a outra, considerando também as opressões de gênero.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Analisar como as relações de gênero foram representadas em *O Cortiço*, considerando as violências as quais as mulheres estavam submetidas e a interseccionalidade entre gênero e raça e a consubstancialidade entre estas categorias e classe.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar as formas de violência físicas e simbólicas resultantes das desigualdades sociais e da manutenção de modelos de comportamento impostos à mulher pela sociedade no romance *O Cortiço*;
- Entender como as categorias raça, gênero, classe e sexualidade estão sendo utilizadas no romance para o registro da representação da vulnerabilização das mulheres, principalmente a mulher negra;
- Analisar a representação feminina no romance *O Cortiço* e o processo de violência o qual elas são submetidas.

PROBLEMATIZAÇÃO / JUSTIFICATIVA

A motivação para refletir sobre esse tema surgiu a partir de algumas discussões na universidade, discussões estas que sugerem a necessidade de analisarmos a representação feminina na literatura através de uma abordagem interseccional. Percebendo a inevitabilidade da articulação entre raça, gênero, classe e sexualidade, presente, não só na obra *O Cortiço*, mas em muitas obras da literatura como em *Gabriela*, de Jorge Amado e *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Maria Carolina de Jesus, entre outras.

A construção de uma sociedade julgadora dos comportamentos femininos transforma-se em inspiração para os diversos instrumentos literários e revela o adestramento do corpo da mulher, desde o período colonial. Contudo, vislumbra-se no romance não apenas uma sacralização do corpo feminino, como se explicita na citação da obra: “A filha era a flor do cortiço. Chamavam-lhe Pombinha. Bonita, posto que enfermiça e nervosa ao último ponto; loura, muito pálida, com uns modos de menina de boa família” (2007, p. 33) Para contrapor este perfil revela-se, através da objetificação do corpo, a bela mulata Rita Baiana. A construção do estereótipo de mulata sensual, mulher mundana, lasciva e luxuriosa que acreditava possuir autonomia sobre seu corpo e suas decisões, mas na verdade era tida como a fonte do pecado, da transgressão, uma ameaça para o tão idealizado matrimônio. Como bem descreve o narrador, exaltando a mulata por sua sensualidade afrodisíaca.

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestras das fazendas; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambedidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno da Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca (AZEVEDO, 2007, p. 62).

As relações entre aceitação social, raça e o comportamento de cada mulher é preponderante para a manutenção de estereótipos advindos do período colonial. Bertoleza é a

representação de “um tríplice papel de caixeiro, criada e amante”, (AZEVEDO, 2007, p. 15) uma mulher negra que dentro do romance é a menos desejável e aceitável socialmente, um “objeto” nas mãos de João Romão.

O contexto em que as mulheres são inseridas é cenário de tramas corroborantes para a proliferação da violência física, psicológica e patrimonial a qual elas são submetidas constantemente. Esta análise se pautará na acepção proposta no artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 que define violência contra a mulher como qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Está violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados. A violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal. Podemos perceber que o destino das personagens também está envolto em diversos espaços que a violência psicológica e patrimonial é manifestada como uma forma de disciplinamentos de corpos.

A violência psicológica, por sua vez, é entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. Entende-se por violência patrimonial qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Na descrição de algumas personagens, é perceptível a valorização de características como o recato e a delicadeza ou a construção de estigmas sobre qualificações físicas e morais de outras que não se enquadram no ideal de sociedade do fim do século XIX. A “falta” de feminilidade de personagens como Leandra, por exemplo, é representada de modo visível. Ela é conhecida como a “machona, portuguesa feroz, berradeira, pulsos cabeludos e grossos, anca de animal do campo”. Zimmermann (2011, p. 52) afirmou que está figura é reproduzida a partir de uma descrição dos corpos que importam e dos corpos que se transfiguram em simples objetos.

Segundo Butler o sexo é uma construção ideal que se materializa obrigatoriamente através do tempo. Ao ser transfigurada como um objeto inadequado, a personagem passa a viver em “zonas invisíveis e inabitáveis” da vida social. Zonas que são densamente povoadas por aqueles corpos que não gozam da hierarquia dos sujeitos dominantes. (BUTLER, 2002, p.22) Leocádia ou Machona, sempre terá um limite regulando seu comportamento, sua autonomia e a sua vida, pois foi construída através das exclusões e da invisibilidade.

Nesse sentido, essas mulheres que não se enquadram no modelo fixo dado pela sociedade são desprezadas. Então, o que propomos neste trabalho é perceber as violências as quais elas são protagonistas. E como a representação feminina na literatura pode nos conduzir a uma reflexão sobre a sociedade a qual ela está inserida, percebendo, nesse aspecto, os comportamentos, as restrições e as diversas formas de violência nos capítulos da história aos quais elas estão incluídas.

Aluísio Azevedo foi o precursor do naturalismo no Brasil. Com a obra *O Cortiço* (1890) mostrou os dramas sociais, a exploração do homem por seu semelhante, enfatizando a marginalização de certos grupos humanos, dando destaque à coletividade. A apresentação da mulher de forma abjeta e a violência a qual é submetida evidencia-se por uma realidade materialmente verdadeira. Segundo Bueno (1992, p. 363) o naturalismo reescreveu o Brasil a partir da periferia. Sendo autores dessa época os primeiros a escrever romances sobre a pobreza, a feiura e a banalidade do cotidiano. Azevedo possuía uma “moralidade aberta” quando escrevia, mas em sua narrativa é possível notar traços de uma discriminação que foi construída ao longo do período colonial e deixa aspectos que se revelam pela sua escrita e tornam o romance de uma atualidade indubitável.

Bertoleza é submissa e condescendente com as imposições do “seu João” e quando percebe já está totalmente envolvida nesse cenário de violências e contradições. Acreditava na supremacia de uma raça em relação a outra. Ela não queria “sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua”. (2007, p. 14) Essa confiança exacerbada nesse homem causou pouco a pouco o aniquilamento de sua autonomia, pois ele a foi roubando dela mesma: “E por tal forma foi o taverneiro ganhando confiança no espírito da mulher, que está afinal nada mais resolvia só por si e aceitava dele, cegamente, todo e qualquer arbítrio” (2007, p. 14). O colonizador mais uma vez exerce sua habilidade de opressor e explorador. Bertoleza é completamente animalizada e abjeta e quando deixa de servir aos interesses do “seu senhor”, ele imediatamente quer encontrar soluções para livra-se da mesma. Ela parecia incapaz de perceber tudo o que ele havia tirado dela.

Primeiro, ele sequestra sua subjetividade, em seguida, seu patrimônio e ainda a tornou sua escrava. No final, todas essas formas de violência contribuem para a manifestação da violência física. Esses marcadores sociais – gênero, raça e classe - revelam o cenário opressor em que se encontra não apenas Bertoleza, mas diversas mulheres que ainda não tiveram coragem de rasgar as entranhas da submissão e da violência que elas sofrem todos os dias.

As migalhas que lhes são oferecidas não valem o sangue derramado, figuradas como objetos para satisfazer os desejos de uma sociedade patriarcal e machistas. Elementos que até os dias atuais refletem nos comportamentos e ideais vigentes, os quais, segundo Mary Del Priore desenvolveu-se “ao longo dos primeiros séculos de colonização, com a obstinada imposição, por parte da igreja, da instituição do matrimônio, através do adestramento crescente de tantas mulheres na figura da mãe, que devia sim conformar-se com o desejo que tinha a igreja e os estado para o seu corpo”. (2009, p. 93). Vivendo, assim, sobre constante vigilância.

Como exemplo de um comportamento transgressor temos a personagem Estela, “brasileira mal-educada e sem escrúpulos de virtude”, pois não se enquadrava no estereótipo da santa-mãezinha. Ao romper com as regras vigentes do “ideal” de mulher, ela tornar-se um mero capital de exploração. A violência psicológica que ela sofre ao longo da narrativa é fortalecida por falas machistas e preconceituosas, mesmo tomando posse do seu corpo ela reconhece o cenário opressor do qual faz parte: “Desgraçadamente para nós, mulheres de sociedade, não podemos viver sem esposo, quando somos casadas; de forma que tenho de aturar o que me caiu em sorte. Quer goste dele quer não goste” (AZEVEDO, 2007, p.28)

O corpo da mulher, utilizado como um objeto, numa visão de “mulher fácil” é reforçada pelo comportamento machista de Miranda “eu me sirvo dela como quem se serve de uma escarradeira” (2007, p. 28). Todos os personagens masculinos estão envolvidos por esses discursos machistas. Botelho, amigo de Miranda, ao dar “conselhos” a um jovem, por exemplo, os reproduz com habilidade. “Escove-a, escove-a! Que a porá macia que nem veludo!”, “não só com ela, mas com todas as que lhe caírem debaixo da asa!” (2007, p. 29).

A violência presente nos discursos dos personagens reproduz comportamentos opressores e reguladores do corpo da mulher, pois, seja sexual ou materialmente, as personagens femininas, durante o decorrer da obra, estarão sobre constantes situações normatizadoras violentas e machistas. Sempre expostas aos contextos de violências não apenas por serem mulheres, mas por fazerem parte de uma série de categorias que se

articulam como gênero, raça, classe e sexualidade. Essas questões deverão ser analisadas como aspectos indissociáveis. Dessa forma, iremos perpassa pelos diversos universos do cortiço, da periferia ao aconchego das mansões de João Romão e Miranda.

O olhar de Azevedo diante da realidade em que viviam as pessoas marginalizadas no século XIX; a representação da construção das periferias brasileiras ou então a metáfora da idealização do Brasil através da mistura de culturas e classes; ou como se deu a ascensão social de João Romão pelo caráter exploratório do trabalho dos seus semelhantes revelam características que não eram expostas na literatura com a mesma riqueza de detalhes. Tornando assim toda uma violência implícita presente em todas as hierarquias sociais, do conforto das grandes mansões à precariedade dos barracos do cortiço ou perpassando as diferenças de raça, mas sempre se voltando para um único gênero.

Quando João Romão havia explorado de todas as formas Bertoleza e não viu mais vantagens que ela pudesse lhe oferecer, quis descartar aquela que representou apenas um degrau para sua ascensão social. Enquanto que a realidade da mesma permanecia inalterada:

Continuava na cepa torta, sempre a mesma crioula suja, sempre atrapalhada de serviço, sem domingo nem dia santo; essa em nada, em nada absolutamente, participava das novas regalias do amigo; pelo contrário, a medida que ele galgava posição social, a desgraçada fazia-se mais e mais escrava e rasteira. João Romão subia e ela ficava cá embaixo, abandonada como uma cavalgadura de que já não precisamos para continuar a viagem (AZEVEDO, 2007, p. 116).

Bertoleza, Rita Baiana, Estela, Pombinha, Leandra e tantas outras representações femininas, que vivem em diferentes contextos, têm modos de pensar e agir antagônicos, mas possuem uma característica em comum, todas estão perpassando por diversas formas de violência.

O ideal de mulher, disseminado pela igreja e pelo estado, construiu modelos de comportamentos, um verdadeiro adestramento dos corpos em prol do processo civilizatório, que ainda hoje reflete as consequências dessa normatização. A discriminação, a violência, a animalização, a sexualização do corpo da mulher não se fixara apenas no romance *O Cortiço*, mas se multiplicaram ao longo dos anos. Del Priore afirma que “a comunhão entre desejo institucional de adestramento da mulher a transformou em prisioneira da vida doméstica e senhora de uma sexualidade reprimida” (2009, p. 285), que deixam marcas difíceis de cicatrizar.

Iremos perceber como o ideal de mulher será sustentado em uma sociedade constituída de uma mistura de povos e raças e como o colonizador utilizou-se das armas que pode para a manutenção de seu ideário de poder. A repressão à mulher, ao seu corpo, aos seus desejos, ao seu modo de pensar é representado por Azevedo com todas as mazelas e contradições. As personagens sempre estarão envoltas em sexualidade, lubricidade e luxúria, mesmo em meio a tanto sofrimento. E quando conseguem escapar da pobreza caem em uma situação de degradação moral, pois rompem com o modelo de comportamento da santa-mãezinha ou não estão dispostas a viver um amor domesticado.

Pombinha a moça “bela, recatada e do lar” descobre sua verdadeira sexualidade e sofre uma violência sexual por parte de sua amiga Leone. Com passar dos dias ela percebe que jamais conseguiria viver sobre as amarras de um casamento que até então era sua única finalidade.

Ela arfava, relutando; mas o atrito daquelas duas grossas pomas irrequietas sobre seu mesquinho peito de donzela impúbere e o roçar vertiginoso daqueles cabelos ásperos e crespos nas estações mais sensitivas da sua feminilidade, acabaram por folgear-lhe a pólvora do sangue, desertando-lhe a razão ao rebate dos sentidos (AZEVEDO, 2007, p.103).

Partindo da concepção do matrimônio como instrumento de adestramento, Mary Del Priore (2009, p.116) ressalta que ele foi utilizado como mecanismo de ordenamento social e a família como palco para uma revolução silenciosa de comportamentos, fechando-se em torno da mulher, impondo-lhe apenas e lentamente o papel da mãe devotada e recolhida. Logo, se ela rompesse com essas estruturas seria tachada de devassa. A discriminação e segregação social será um mecanismo de violência psicológica imposto sobre essas mulheres que não estão dispostas a seguir o padrão da santa-mãezinha.

No final do século XIX, as mulheres estão dispostas a romper as várias barreiras impostas a elas, buscando liberdade e não aceitando serem dominadas por nenhum homem, como é o caso de Rita Baiana que tem convicção sobre o matrimônio ser uma forma de adestramento. O trecho confirma o pensamento de Rita: “Casar? Protestou a Rita. Nessa não cai a filha de meu pai! Casar? Livra! Pra que? Para arranjar cativo? Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava! Nada! Qual! Deus te livre! Não há como viver cada um senhor e dono do que é seu!” (AZEVEDO, 2007, p. 50)

Enquanto isso, Bertoleza vive presa as incertezas de uma vida de misérias, submissa as regras ditadas por João Romão. Sua vida é reduzida a quase nada, sentindo-se inferior a qualquer outra pessoa, estando sujeita a variadas formas de humilhação e constrangimentos. Bertoleza não era a mulher idealizada, longe disso, ela “escondia-se de todos, mesmo da gentalha do frege e da estalagem, envergonhava-se de si própria amaldiçoando-se por ser quem era, triste de sentir-se a mancha negra, a indecorosa nódoa daquela prosperidade brilhante e clara” (2007, p. 150). Sempre estava fedendo a peixe cru. Era alvo certo de certas palavras preconceituosas, principalmente daquele que se dizia “seu amigo”, João Romão, ele que quanto mais rico ficava mais a desprezava:

E tinha de estirar-se ali, ao lado daquela preta fedorenta a cozinha e bodum de peixe! Pois, tão cheiroso e radiante como se sentia, havia de pôr a cabeça naquele mesmo travesseiro sujo em que se enterrava a hedionda carapinha da crioula?

_ Ai! Ai! Gemeu o vendeiro, resignando-se.

Uma vez deitado, sem ânimo de afastar-se da beira da cama, para não se encostar com a amiga, surgiu-lhe nítida ao espírito a compreensão do estorvo que o diabo daquela negra seria para o casamento (AZEVEDO, 2007, p. 119).

Apegado aos critérios e recursos do Naturalismo, Azevedo representa cruamente a realidade da mulher negra cercada por contextos de violências físicas e psicológicas, que foi explorada sexualmente, materialmente e roubada subjetivamente. Mas essas discriminações serão refletidas a partir da articulação entre as categorias raça, gênero, classe e sexualidade. Bertoleza é uma das personagens que está completamente exposta a esses cenários de degradação. Candido (1973) reforça que o processo de exploração no romance é feito às custas do trabalho servil, começando pela exploração de uma escrava fugida que João Romão usou como amante e besta de carga, fingindo tê-la alforriado, e que se mata quando ele a vai devolver ao dono, pois, uma vez enriquecido, precisa liquidar os hábitos do passado para assumir as marcas da posição nova.

No país que ainda vive sobre as sombras do colonialismo, refletir sobre a representação feminina na literatura é como voltar ao passado, mas que se torna presente com uma riqueza de detalhes que surpreende até o mais atento olhar. Percebemos como a sociedade se utiliza dos marcadores sociais para salientar as desigualdades e articular a

manutenção de estereótipos. Nesse sentido, esta análise será pautada na acepção desenvolvida por Crenshaw que reforça a importância da formulação do conceito de interseccionalidade para a compreensão das múltiplas formas de ser “mulher” sem cair no reducionismo de um princípio unificador:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 117).

Partindo desse princípio, verificamos que esses marcadores sociais de desigualdades, raça, classe, gênero e sexualidade estão imbricados nos discursos disseminados pela sociedade para colocar a mulher, negra e pobre em uma condição de subalternização não apenas no dia a dia, mas também na obra literária como é possível constatar, pelo exposto anteriormente, em *O Cortiço* (1890). A necessidade de uma abordagem que perceba a inevitabilidade da articulação dessas categorias e as variadas formas de violência é de uma importância fundamental para que se coloque no centro das discussões as variadas formas de “ser mulher e as violências que sofrem”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A mulher, principalmente a negra, sempre viveu em constantes situações de dor, de humilhação, de exploração física, emocional e sexual. Del Priore (2009, p.21) considera que “durante o período colonial uma série de múltiplos fatores cristalizou-se conferindo a mulher uma situação específica na sociedade que então se formava.” Esse lugar intrínseco foi construído para configurar a lógica da dominação entre opressor e oprimido. A mulher seria relegada ao campo da inferioridade, sendo considerada a base de sustentação da arma arrojada da colonização. Pacheco (2013, p.23) destaca em consonância com Del Priore, que foi sobre os corpos negros de homens e, especialmente, das mulheres que, no processo de escravidão e pós-abolição que se ergueram grandes empreendimentos da máquina colonizadora. Reforçando, nesse sentido, a manutenção de estereótipos sobre a mulher, negra e pobre. Surgindo a problemática da análise dessas categorias de maneira indissociável.

Assim, Crenshaw (2002), ao estudar a discriminação contra as mulheres e o conceito de interseccionalidade, identificou a discriminação de gênero e a discriminação racial como eixos articulados que limitam e configuram as oportunidades das mulheres. Para a autora

[...] a questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou de gênero. Ambas categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam (CRENSHAW, 2002, p.8).

A interseccionalidade visa, portanto, incluir questões raciais nos debates de gênero e questões de gênero nos debates raciais, vislumbrando a diversidade das identidades e das experiências das mulheres, levando em consideração a articulação entre os diversos eixos identitários como raça, gênero, classe e sexualidade. O grande desafio surgiu quando percebemos que precisamos reconhecer as diferenças dentro das diferenças. Rompendo com a visão tradicional que parte do princípio da primazia de uma categoria em relação a outras. Como bem resume Crenshaw (2002):

Um dos problemas é que visões de discriminação racial e de gênero partem do princípio de que estamos falando de categorias diferentes de pessoa. A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito a raça e a etnicidade. Assim como discriminação de classe diz respeito apenas as pessoas pobres. A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos (CRENSHAW, 2002, p.10).

Hirata (2014) faz a ressalva que a interseccionalidade é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”; embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante de identidade”. Segundo a autora, outra problemática que merece destaque é a “consustancialidade” de Danièle Kergoat, a qual busca compreender a complexidade da articulação entre sexo e classe, desvinculando-se dos essencialismos tradicionais.

A consustancialidade foi desenvolvida inicialmente para analisar a imbricação entre sexo e classe social, mais tarde incluiu a raça como um dos eixos de articulação em suas perspectivas. Enquanto isso, Crenshaw trabalha sobre uma abordagem interseccional, ou seja, compreendendo inicialmente o entrelaçamento entre sexo e raça. Kergoat situa-se na indissociabilidade entre sexo e classe. Partindo da conceituação de tais instrumentais teóricos, Hirata (2014) enfatiza que ambas definições terão implicações e diferenças bastante

significativas, tanto no campo teórico como no político. Ressaltando sempre que, ambas propõem a não hierarquização das formas de opressão.

Kergoat (2010) define consubstancialidade como o “entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca.” Portanto, pretendendo enxergar a articulação dinâmica das relações sociais e a individualidade de cada grupo como um “no” que foi produzido mutualmente, nos possibilitando uma nova forma de compreender as relações sociais.

Embora Kergoat analise o entrecruzamento complexo das relações sociais, a autora destaca que ao refletir sobre essas categorias, “mesmo que reformuladas em termos de intersecção, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência” (2014). Nesse sentido, Hirata traz ao debate aspectos relevantes relacionados a ambos os termos. Revelando sob a perspectiva de Kergoat a necessidade de se pensar conjuntamente as relações de dominação. E sob a perspectiva interseccional, de Crenshaw, a utilização do conceito nas “diversas formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas”. Logo sendo utilizado como instrumento de luta política. Podendo-se assim concluir, segundo Hirata, que:

Ambas as conceituações partilham, a meu ver, do pressuposto central da epistemologia feminista, segundo o qual “as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes” (LOWY, 2009, p.40) e, podemos acrescentar, brancos (HIRATA, 2014, p.62).

Enfim, ambas conceituações contribuem para a desconstrução de modelos preestabelecidos, resignificando a forma de interpretação das complexas e dinâmicas associações pessoais. Fornecendo meios “analíticos para avançar no conhecimento dos movimentos e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão” (HIRATA, 2014, p.69)

Porém, é partindo de uma abordagem interseccional que Angela Davis reflete sobre os abusos infligidos as mulheres, e é sobre essa perspectiva que concentraremos nossas análises. Considerando principalmente as mulheres negras como portadoras de uma maior

vulnerabilidade, sofrendo violências de múltiplas formas. Davis destaca que como mulheres, negras e pobres:

As escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 26).

A fabricação dessa mulher como propriedade privada as relegava ao espaço da inferioridade. Assim como também no Brasil foi se construindo estereótipos sobre a mulher negra de classe subalterna configuradas a partir dos ideais dos colonizadores/dominantes. Segundo Del Priore:

As mulheres da colônia sofreram um processo de gradual adestramento para se encaixarem no papel de mães ideais retira-as da silenciosa paisagem de estereótipos femininos, recolocando-as como objetos históricos, como autossacrificadas, submissas sexual e materialmente e reclusas, as imagens da mulher de elite opõem-se a promiscuidade e a lascívia da mulher de classe subalterna, em geral negra, mulata ou a índia, pivô da miscigenação que justificou por tanto tempo a falsa cordialidade entre colonizadores e colonizados (2009, p. 41).

Pensar sobre a inferiorização da mulher negra implica falar em classe, sexualidade, em múltiplas categorias de diferenciação de forma associada que configuram os espaços e comportamentos dessas mulheres. Entendemos, assim como Pacheco “que não é possível se falar em sobre determinação de uma ou outra categoria, de exclusão, ou até mesmo de adição, mas pensar em relações que se processam mutuamente em contextos socioculturais específicos”. (2013, p. 30)

Em contrapartida, Hirata explicita uma crítica ao conceito de interseccionalidade, ou seja, a articulação desses marcadores, desenvolvida por Kergoat, a qual afirma que tal conceito/categoria não parte das relações fundamentais (sexo, classe, raça) em toda a sua complexidade e dinâmica. Nesse caso, levando-nos “a fazer uma análise fragmentada das práticas sociais e a dissolução da violência das relações sociais com o risco de contribuir para sua reprodução.” (2014, p. 65)

Por outro lado, Crenshaw analisa a interseccionalidade como uma forma de combater as opressões múltiplas e imbricadas, rompendo com o olhar superficial e percebendo os fatores que tradicionalmente determinam quando e onde estarão as mulheres inseridas nos entrecruzamentos dessas categorias.

As confluências de raça, gênero e classe podem moldar o processo de violência, considerando que eles situam a mulher negra em um lugar específico, relegado as margens da sociedade e ao silenciamento dessas subcategorias. A construção da imagem da mulher ideal veio fortalecer a manutenção e disseminação de modelos prefixados. A idealização dessa mulher é segundo Del Priore:

Uma imagem ideal, sonhada e desejada, que acabou por sobrepor-se a histórias de vidas complexas, confusas, perpassadas de paixões e preconceitos. Importante é que um rotulo moral mascarava desigualdades raciais, sociais e econômicas, e a implantação do projeto de mãe ideal fazia-se a serviço de um padrão cultural que procurava integrar todas as mulheres as necessidades específicas de modernas instituições de poder; como o estado e a igreja (2009, p.108).

Essas instituições criaram padrões uniformes de necessidades, não se importando com as especificidades de cada grupo. Desconsiderando, como bem diz Crenshaw (2002) “as diferenças contidas nas diferenças”, ou seja, diferentes situações demandam prioridades diferentes. Sendo necessária uma análise que priorize a intersecção entre gênero, raça e classe. Para a autora, frequentemente, um “certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstancias em que se tem conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida” (CRENSHAW, 2002, p.174). Nesse sentido, Crenshaw afirma que “quando certos problemas são categorizados como manifestações de subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e subinclusão:

O termo superinclusão pretende dar conta da circunstancia em que um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional a um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres. A superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância. Já uma análise de gênero pode ser subinclusiva quando um subconjunto de mulheres subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes (CRENSHAW, 2002, p.175).

Pacheco (2013), ao analisar a trajetória de algumas mulheres negras, considera a imbricação dos marcadores sociais sem cair no reducionismo das reflexões subinclusivas e superinclusivas, pois mesmo “quando algumas categorias como raça e a classe não eram acionadas em determinados discursos era possível encontra-los embutidos nas relações existentes socialmente. Assim, como Davis também analisa as violências sofridas pelas mulheres escravizadas, percebendo criticamente que os abusos sofridos por essas mulheres eram diferentes dos castigos infligidos aos homens, pois viviam sobre constantes abusos sexuais e outros maus tratos que só poderiam ser infligidos a elas.

No interior dessas relações, a mulher, negra e pobre sempre ocupou um lugar desprivilegiado, reforçado pela classe que faziam parte. Essa tripla articulação materializou-se na trajetória de diversas mulheres, fazendo-as experimentar várias formas de desigualdades; “exploradas pelos padrões (as), violência física, humilhação, discriminação racial, assédio sexual. Esses elementos combinados foram estruturadores das trajetórias sociais e afetivas” (PACHECO, 2013, p.112). Configurando o seu modo de ser e estar no mundo.

Portanto, perceber o processo de interação entre os diversos eixos de subordinação é essencial para compreendermos a experiência de determinados subgrupos, resignificando a luta e vivência das mulheres negras. Em uma conferência proferida por Angela Davis, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no dia 25 de julho, dia latino-americano e caribenho da mulher negra, a filósofa ressaltou que:

As mulheres negras estão entre os grupos mais ignorados, subjugados e atacados do planeta. Estão entre os grupos mais libertos do mundo. Mas, ao mesmo tempo mulheres negras tem uma trajetória histórica que perpassa o tempo, as barreiras geográficas e fronteiras, sempre mantendo a esperança de liberdade viva (DAVIS, 2017)².

Nesse sentido, a interseccionalidade constituiu-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para processos de interação entre as relações de poder e as variadas categorias raça, gênero, classe. Fornecendo a possibilidade de olhar criticamente para uma série de elementos que corriam o risco de serem invisibilizados com a priorização de determinadas categorias em relação a outras.

² A conferência de Angela Davis, acima citada, pode ser assistida aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=6CdrOqPE7Rs> Acessada em 02.12.2017

Identificamos no romance *O Cortiço*, o entrelaçamento dinâmico das categorias de diferenciação, compreendendo as relações sociais existentes na narrativa através de uma abordagem interseccional. A qual nos possibilitou vislumbrar as discriminações e violências a partir de uma ótica específica, que nos tirou do olhar tradicional e nos colocou diante das múltiplas formas possíveis de ser mulher.

METODOLOGIA

Buscando analisar a temática proposta, utilizaremos a pesquisa bibliográfica como nossa principal metodologia. Refletindo através de uma abordagem histórico-sociológica a representação da mulher na literatura, principalmente a mulher negra e as formas de violência física, patrimonial e psicológica a qual elas são vítimas. Objetivando identificar, no romance *O Cortiço*, a interseccionalidade dos marcadores sociais: raça, gênero, classe e sexualidade. Para chegar ao objetivo proposto, além de uma leitura crítica de *O Cortiço* serão utilizadas autoras e autores que trabalham com a perspectiva interseccional, recusando um olhar ortodoxo e superficial sobre as questões raciais, sexistas e classicistas, como a identificação da disseminação de estereótipos e a manutenção de modelos machistas e patriarcais presentes na obra. É importante salientar que, ao delimitar as unidades de análises, outras questões vislumbradas ao longo da narrativa não serão aprofundadas neste momento, visto que “a leitura feita representará sempre uma perspectiva do pesquisador” (MORAIS,2014, p.5). Ao considerarmos a abordagem histórico-sociológica, Rodrigues (2006, p.146) faz a ressalva que “[...] a partir do procedimento histórico, deve-se ter em mente que o pesquisador que o analisará e interpretará encontra-se em outro momento histórico [...]”, nesse sentido, pretende-se que não se comentam erros de interpretação dos dados analisados.

6. RESULTADOS ESPERADOS/ RELEVÂNCIA SOCIAL

Tomando como base as análises realizadas, podemos compreender como a representação da mulher negra no romance *O Cortiço*, de Aluisio Azevedo, está perpassada por estereótipos disseminados até a contemporaneidade, como a transfiguração da negra que serve apenas para o trabalho e a mulata, caracterizada pelo mito da sexualidade exacerbada, pela “fogosidade naturalizada”. No romance, Azevedo mostra práticas recorrentes no Brasil

do século XIX, como o processo de acumulação de riquezas devido ao capitalismo, a formação dos cortiços e a lógica da cordialidade utilizada principalmente por personagens como João Romão e Miranda. Além disso, o romance apresenta outras questões pertinentes para pensar o Brasil na atualidade, como a imensa desigualdade social.

Diante do exposto, verificamos o processo de violência física, patrimonial e psicológica ocasionado pela utilização equivocada da sociedade dos marcadores da diferença, como classe, gênero, raça e sexualidade como parâmetro para desqualificar certos grupos de “outros”, tanto na realidade quanto na literatura. Partindo para uma análise que prioriza-se a descrição das mulheres negras e o contexto de violência, os quais elas estão expostas, percebemos a necessidade de compreendermos esse universo a partir da interseccionalidade, olhando para a vivência delas na narrativa e capturando a articulação indissociável existente entre esses eixos de marcação.

Partimos do pressuposto que o machismo, o sexíssimo, a misoginia, ainda presentes na atualidade, desqualificam e subalternizam os sujeitos que não se enquadram nas características dos grupos hegemônicos. As experiências vividas por essas categorias foram percebidas por um olhar desconstrutor que buscou capturá-las a partir de suas vivências e de suas singularidades, aprofundando questões que são refletidas superficialmente, apenas sob a perspectiva da raça, da classe ou do gênero, sem notar os entrecruzamentos os quais elas realizam.

O Cortiço mostrou, através da ficção, os discursos imbricados no Brasil do século XIX. A inferiorização, violentação contra as mulheres negras e o cruzamento da esfera do imaginário com o real, entrelaçou-se e evidenciou a tentativa de silenciamentos de mulheres que encontraram no próprio espaço de opressão técnicas para resistir. Muitas Bertolezas tiveram a “sorte” de permanecerem vivas, relegadas aos cortiços das grandes cidades. A luta dessas mulheres continuará rasgando as entranhas do patriarcalismo, machismo e qualquer forma de etnocentrismo presente tanto na realidade quanto a ficção.

7. CRONOGRAMA

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Estudo sobre metodologia	X	X	X	X								
Pesquisas bibliográficas			X	X	X	X	X					
Leitura e fichamento de textos					X	X	X	X	X			
Análise de conteúdo								X	X	X		
Revisão/redação final										X	X	X

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: ABC editora, 2007

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BRASIL, Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>. Acesso em: 15 out. 2017.

CÂNDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. Disponível em: <http://letrasorientais.fflch.usp.br/sites/letrasorientais.fflch.usp.br/files/CANDIDO,%20Antonio%20-%20De%20Corti%C3%A7o%20a%20Corti%C3%A7o.pdf>

CARVALHO, Sheila Abadia Rocha; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. *Raça e gênero na formação da nação brasileira*. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/16868775/1-raca-e-genero-na-formacao-da-nacao-brasileira->. Acesso em: 10 out. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Rev. Estud. Fem. v.10, n.1, pp.171-188, 2002.

_____. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> Acesso em: 15 out. 2017.

_____. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas*. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%AAncia-contra-mulheres-n%C3%A3o-18324d40ad1f> Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politic. *University of Chicago legal fórum: vol.1989*, article 8.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Cardiani, São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Trad. Marina Appenzeller, Campinas, SP: Papyrus, 1993.

HENNING, Carlos Eduardo. *Interseccionalidade e pensamento feminista*. Mediações- revista de ciências sociais, Londrina-PR, v.20, n.2, 2015.

HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. *Tempo social*, São Paulo, v.26, n.1, p.61-73, jun 2014.

KERGOAT, Danièle. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*; tradução Antônia Malta Campos. *Novos estud.* – CEBRAP, 2010, n.86, pp.93-103.

MORAIS, Roque. Análise de conteúdo. revista educação, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.cliente.argo.com.br>. Acesso em: 05. nov. 2017

PACHECO, Ana Claudia Lemos. *Mulher negra; afetividade e solidão*. Salvador: EDUFBA, 2013.

PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Campinas (SP): Sociedade e cultura, 2008.

RODRIGUES, Auro de Jesus. *Metodologia científica*. São Paulo: Aercamp, 2006.

RODRIGUES, Cristiano (2013). *Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil*, em SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 16 a 20 de setembro de 2013. Anais.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. Relações de gênero e situações de violência no romance O Cortiço, de Aluísio Azevedo. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, [S.l.], n. 6, jul. 2012. ISSN 2176-4174.